

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.448 - PE (2019/0260271-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MARCIA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : CÂNDIDO DODO SILVA FILHO E OUTRO(S) - PE012006
ANA KARINA DE SALES PEREIRA - PE022554

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. INCLUSÃO NO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA - FUSMA DE FILHA TITULAR DE PENSÃO POR MORTE. POSSIBILIDADE. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE RECONHECIDA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Hipótese em que a controvérsia devolvida para análise nesta sede recursal cinge-se em saber se a autora tem direito a permanecer como beneficiária do Fundo de Saúde da Marinha - FUSMA, para fins de continuidade de tratamento e de acompanhamento médicos, na condição de filha pensionista de militar.

2. O Estatuto dos Militares (art. 50, IV, "e", da Lei nº 6.880/80) prevê o direito à assistência médico-hospitalar aos militares da ativa ou que passaram à inatividade, bem como aos seus dependentes.

3. O art. 50, § 2º, inciso III, da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), dispõe que são considerados dependentes do militar, dentre outros, a filha solteira, desde que não receba remuneração.

4. Nos termos do § 4º do art. 50, do Estatuto dos Militares, 'não serão considerados como remuneração os rendimentos não-provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.'

5. Na espécie, uma vez constatado que a autora é titular de pensão militar, desde o óbito da sua genitora, ex-cônjuge do militar falecido, e que a condição de dependente do instituidor da pensão constituiu pressuposto para a concessão de tal benefício, forçoso concluir que ela ainda mantém a condição de dependência para fins de continuar como beneficiária do FUSMA.

Superior Tribunal de Justiça

6. Apelação improvida" (fl. 283e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 298/305e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. IMPROVIMENTO.

1. Consoante dispõe o art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. A pretensão de rediscutir o entendimento firmado no acórdão de uma vez constatado que a autora é titular de pensão militar, desde o óbito da sua genitora, ex-cônjuge do militar falecido, e que a condição de dependente do instituidor da pensão constituiu pressuposto para a concessão de tal benefício, forçoso concluir que ela ainda mantém a condição de dependência para fins de continuar como beneficiária do FUSMA, não se insere em nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, devendo ser formulado em recurso próprio à rediscussão do mérito.

3. Embargos de declaração improvidos" (fl. 319e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 66 da Lei 4.328/64, 76 a 78 da Lei 5.787/72, 77 da Decreto-Lei 728/69, 50, IV, "e", §§ 2º e 4º da Lei 6.880/80 e 16, XI, da Lei 4.506/64, e à Lei 8.237/91 sustentando que:

"DO MÉRITO

Para melhor compreensão da controvérsia originadora desta lide, conveniente tecer as considerações adiante expostas.

DO RECADASTRAMENTO REALIZADO PELA AERONÁUTICA

(...)

Adiante-se desde já, que a teor do disposto no § 2º do art. 50 da Lei 6.880/1980, pensionistas não são dependentes, razão pela qual a situação de pensionista de militar, *per se*, não é condição suficiente para que tais pessoas tenham o direito de ser beneficiárias do FUNSA. É dizer: não há lei que garanta ao pensionista direito de acesso ao FUNSA única e exclusivamente em razão da condição de

pensionista.

DO OBJETIVO DO SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA
(...)

DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

O direito à assistência médico-hospitalar dos militares da Aeronáutica (lembrando-se que Força Aérea Brasileira foi criada em 1941) teve sua previsão legal, inicialmente, na Lei 4.328/1964, normativo que estabeleceu, em seu art. 66:

(...)

Posteriormente, por meio do Decreto-Lei 728/1969, estabeleceu-se, no art. 77, que: 'A União proporcionará ao militar e aos seus dependentes assistência médico-hospitalar através das organizações do Serviço de Saúde e de Assistência Social dos Ministérios Militares'. Referido Decreto-Lei foi revogado, então, pela Lei nº 5.787/1972, que dispunha sobre a remuneração dos militares, nos arts. 76 a 78:

(...)

Em 1991, a Lei 5.787/1972 foi revogada pela superveniência da Lei 8.237, que dispunha sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas. De notar que, a partir deste diploma normativo, o legislador ordinário não mais atribuiu aos órgãos de saúde militares a assistência à saúde dos militares e de seus dependentes.

No mesmo sentido, a Medida Provisória 2.215-10/2001, que dispôs sobre a estrutura remuneratória dos militares das Forças Armadas, ao revogar a Lei 8.237/1991, igualmente não tratou do direito à assistência à saúde, muito menos esclareceu a quem incumbiria esse ônus.

No mesmo sentido, é preciso destacar que o Estatuto dos Militares - Lei 6.880/1980 - não credita às Forças Armadas o dever de prover assistência à saúde dos militares e de seus dependentes, mas tão somente menciona na alínea "e" do inciso IV do art. 50 que são direitos dos militares, nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas, a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários.

Assim, da análise de toda a legislação acima, resta inequívoco que o legislador pátrio ordinário expressamente deixou de atribuir às Organizações de Saúde das Forças Armadas o DEVER de arcar com

o ônus de prover assistência de saúde aos seus militares e familiares. De outro lado, a Constituição Federal, ao tratar de capítulo dedicado às Forças Armadas, dispôs, no art. 142, que: 'As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regalaras, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem'.

Além disso, nos termos do art. 1º do Decreto 92.512, de 02/04/201986, 'O militar da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e seus dependentes têm direito à assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar, conforme as condições estabelecidas neste decreto e nas regulamentações específicas das Forças Singulares.' Grifou-se.

Por último, no que diz respeito à saúde dos brasileiros, a Constituição Federal esclarece tratar-se de dever do estado (art. 196), a ser prestado pelos entes da Federação que, juntos, constituem o Sistema Único de Saúde-SUS (art. 198).

DA INTERPRETAÇÃO DA NORMA

Em primeiro lugar, relembre-se que, nos termos do art. 1º do Decreto 92.512/1986, 'o militar da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e seus dependentes têm direito à assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar, conforme as condições estabelecidas neste decreto e nas regulamentações específicas das Forças Singulares.' Grifou-se.

Cabe, então, esclarecer quem é 'dependente' para a Lei e, repita-se, a condição de pensionista afasta a condição de dependência. Explica-se: Há de se esclarecer que a permanência da pensionista na condição de beneficiária do FUNSA não encontra guarida na legislação, conforme o estabelecido no art. 50, § 2º, inciso III, da Lei 6.880/1980 c/c com os itens 5.1, letra "i", 5.2, 5.2.1 e 5.5 da NSCA 160-5 (Normas para Prestação da Assistência Médico-Hospitalar no SISAU), aprovada pela Portaria COMGEP 643/2SC, de 12 de abril de 2017.

Confira-se:

(...)

Na maioria dos casos, as pensionistas demandantes confessadamente declaram que recebem pensão por morte. Assim, como entender que alguém que era dependente de outrem, ao passar a perceber os recursos do falecido de quem dependia, permanece dependendo do falecido? Ora, ao ser constituída a pensão, o então dependente passa

Superior Tribunal de Justiça

a ser independente, já que agora possui os recursos necessários/próprios que agora são exclusivos da pensionista para o seu sustento e para fazer face às demandas de toda ordem.

Diante disso, considerando que o Estatuto dos Militares determina que condição de dependente se verifica desde que não haja percepção de remuneração, a continuidade da dependência, diante da percepção da pensão, inexistente.

Atender a quem tem remuneração significa, necessariamente, não atender a quem, de fato, necessita.

Destaque-se também que dispõe o § 4º do art. 50 da Lei 6.880/1980 que: 'Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não-provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial'.

A primeira parte do dispositivo ressalva um sem número de rendimentos que necessariamente levam à distorção da condição de dependência dos militares ou do que é hipossuficiência.

(...)

No que tange às pensões, trata-se, de pecúnia que advém, inegavelmente, da relação de trabalho assalariado, senão vejamos.

(...)

Além disso, traga-se a baila o argumento de que a percepção de pensão configura recebimento de remuneração, nos exatos termos do que dispõe o inciso XI do art. 16 da Lei 4.506/64.

(...)

É importante lembrar que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial repetitivo 1086492/PR, já entendeu que '2. Sob a égide da Lei 4.506/64, os valores recebidos a título de pensão eram classificados como rendimentos oriundos de trabalho assalariado, sobre eles incidindo o imposto de renda. Em contrapartida, as contribuições destinadas às entidades de previdência privada deveriam ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda. 'Art. 10. Os rendimentos de trabalho assalariado, a que se refere o artigo 16, a partir de 1º de janeiro de 1965, sofrerão desconto do imposto de renda na fonte, observadas as seguintes normas: (...) 'Art. 16. Serão classificados como rendimentos do trabalho assalariado todas as espécies de remuneração por trabalho ou serviços prestados no exercício dos empregos, cargos ou funções referidos no artigo 5º do Decreto-lei número 5.844, de 27 de setembro de 1943, e no art. 16 da

Superior Tribunal de Justiça

Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, tais como: (...) XI - Pensões, civis ou militares de qualquer natureza, meios-soldos, e quaisquer outros proventos recebidos do antigo empregador de institutos, caixas de aposentadorias ou de entidades governamentais, em virtude de empregos, cargos ou funções exercidas no passado, excluídas as correspondentes aos mutilados de guerra ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira .' Grifou-se.

(...)

Assim, no caso do recadastramento contra o qual se insurge a demandante, há que concluirmos o seguinte:

- a) só pode ser tida como dependente do militar e, portanto, como beneficiária do Sistema de Saúde dos Militares, a viúva ou filha, desde que não perceba remuneração (Lei 6.880/80, art. 50, § 2º);
- b) a demandante expressamente declara que é pensionista de militar;
- c) a percepção de pensão, lado outro, configura recebimento de remuneração, nos exatos termos do que dispõe o inciso XI do art. 16 da Lei 4.506/64;
- d) logo, a 'pensionista que percebe pensão' não possui o direito de permanecer obtendo assistência a saúde do FUNSA, já que não é mais dependente, nos termos do Estatuto dos Militares.

(...)

Tem-se, por isso, a relevância da fundamentação que embasou a conduta do administrador militar ao excluir a parte adversa, pensionista de ex-militar, da condição de dependente" (fls. 332/344e).

Por fim, requer "o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial para julgar improcedente o pedido autoral" (fl. 344e).

Contrarrazões, a fls. 355/363e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 370/371e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrida, com o objetivo de ser reincluída no ROL DE CADASTRO DE DEPENDENTES E BENEFICIÁRIA DO FUNSA, garantida na qualidade de pensionista de militar, principalmente no que tange a confecção de documentos, preenchimento de formulários, tramitação administrativa e publicação em Boletim Interno do Grupo de Apoio de Recife (GAP-RF), garantindo-se assim, a continuidade da prestação de assistência

Superior Tribunal de Justiça

médico-hospitalar e odontológica" (fl. 23e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a parte ré, restando mantida a sentença, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, é de se ressaltar que o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, indicando a relevância de seu conteúdo normativo, para solução da demanda, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária **a indicação do dispositivo legal tido como violado**, ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente, bem como seja demonstrada no que consistiu a suposta ofensa aos artigos citados.

No caso, esta Corte não pode verificar a suposta afronta à Lei 8.237/91, pois patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, no ponto, visto que as razões recursais não evidenciam, com objetividade, **qual o dispositivo** que a parte recorrente entende malferido, nem tampouco como teria ocorrido a dita violação.

Em relação aos arts. 66 da Lei 4.328/64, 76 a 78 da Lei 5.787/72, 77 do Decreto-Lei 728/69 e 16, XI, da Lei 4.506/64, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e as teses recursais a eles vinculadas, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, registre-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESSARCIMENTO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE NOS AUTOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O requisito do prequestionamento pressupõe tenha havido na instância ordinária o debate de determinada tese jurídica sob um dado enfoque normativo, não bastando a simples menção a dispositivo legal para que esse requisito de admissibilidade seja considerado cumprido.

2. In casu, o agravante na origem não suscita a apreciação da controvérsia à luz dos dispositivos de lei federal apontados como violados em seu recurso especial, tendo, inclusive, deixado de provocar a manifestação da Corte regional mediante a oposição dos competentes embargos de declaração.

Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.017.857/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...)

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. (...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Lado outro, ressalte-se que a parte recorrente defende que "a permanência da pensionista na condição de beneficiária do FUNSA não encontra guarida na legislação, conforme o estabelecido no art. 50, § 2º, inciso III, da Lei 6.880/1980 c/c com os itens 5.1, letra "I", 5.2, 5.2.1 e 5.5 da NSCA 160-5 (Normas para Prestação da Assistência aprovada pela Médico-Hospitalar no SISAU), aprovada pela Portaria COMGEP 643/2SC, de 12 de

abril de 2017" (fl. 336e).

Com efeito, resta evidente que eventual violação ao art. 50, § 2º, inciso III, da Lei 6.880/80, tal como posta nas razões recursais, seria meramente reflexa, e não direta, porque para o exame da controvérsia, como pretendido pela parte recorrente, quanto à alegada inexistência de dependência da parte recorrida, em relação ao falecido militar, para fins de permanência, como beneficiária do FUNSA, seria imprescindível o exame da NSCA 160-5 (Normas para Prestação da Assistência aprovada pela Médico-Hospitalar no SISAU), não cabendo, portanto, o exame da questão em Recurso Especial.

A propósito:

"AMBIENTAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUTO DE INFRAÇÃO. REGULARIDADE. **CONTROVÉRSIA DECIDA POR MEIO DE INTERPRETAÇÃO DE NORMA INFRALEGAL. OFENSA REFLEXA À LEI FEDERAL.** NECESSIDADE DE NOVO EXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'.

2. **A controvérsia dos autos foi decidida pelo acórdão recorrido por meio de interpretação de Resolução do CONAMA, por isso eventual ofensa à lei federal seria apenas reflexa.** Por outro lado, o acolhimento das alegações do IBAMA de regularidade do auto de infração exige novo exame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo teor da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.309.248/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/11/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. **PRETENSÃO DE ANÁLISE DE DISPOSITIVO INFRALEGAL. INCABÍVEL A INDICAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO INSERTO EM PORTARIA OU RESOLUÇÃO.**

I - Não merece conhecimento a presente irresignação, porquanto o exame dos argumentos do recorrente demanda análise de dispositivos de natureza infralegal, sendo que a referida violação ao dispositivo de lei federal se daria somente de forma reflexa.

Superior Tribunal de Justiça

II - De acordo com a remansosa jurisprudência desta Corte Superior, verifica-se ser incabível a indicação de ofensa a dispositivo inserto em portaria ou resolução, porquanto tais regramentos não se caracterizam como "lei federal", não se inserindo no disposto do art. 105, III, a, da Carta Magna. Nesse sentido: (AgRg no AgRg no Ag n. 1.012.536/AM, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJe de 20/8/2008.).

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.153.486/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/10/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OPERADORA DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. MULTA. **RESOLUÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE COMPLEMENTAR - ANS. EXAME. INVIABILIDADE.**

(...)

3. **A via excepcional não se presta para análise de ofensa a resolução, portaria, regimento interno ou instrução normativa, atos administrativos que não se enquadram no conceito de lei federal.** Precedentes.

4. **Hipótese em que o exame da violação da legislação apontada (art. 19 da Lei n. 9.656/1998) perpassa necessariamente pela interpretação da Resolução n. 124/2006 da ANS, sendo meramente reflexa a vulneração dos dispositivos indicados pelo agravante.**

5. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.167.588/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/08/2018).

Além disso, ainda que tal óbice pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que o Tribunal de origem decidiu que, "a teor do que dispõe o art. 50, IV, "e" c/c o art. 50, § 3º, a, ambos da Lei n.º 6.880/1980 e **art. 3º, inciso V, do Decreto nº 92.512/86**, são beneficiários da Assistência Médico-Hospitalar 'os militares da ativa ou na inatividade, bem como seus respectivos dependentes definidos no Estatuto dos Militares', de modo que estando a filha solteira, sem rendimentos, definida como dependente de Militar, **esse direito não pode ser restringido por ato infralegal, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade**; e, segundo, porque a condição de dependente do militar é **pressuposto** para a concessão do benefício de pensão por morte, de modo que se a beneficiária do FUSMA é pensionista de militar na condição de filha de ex-cônjuge sobrevivente, **a sua dependência econômica, constatada a época do óbito, ainda se**

mantém" (fl. 281e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 12, 18, 19 E 21 DA LEI N. 101/00. **DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 283 DA SÚMULA DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. EXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO NA CONDUTA DOS AGENTES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

I - (...)

VI - Ora, se a função institucional do Superior Tribunal de Justiça é assegurar uniformidade à interpretação da lei federal, não há como sindicar eventual apreciação equivocada da regra legal pelo Tribunal de Justiça quando os recorrentes deixam de expor os vícios interpretativos em que teria incorrido a decisão impugnada. Ao impugnar disposição legal que não subsidiou o julgamento impugnado, os recorrentes, a um só tempo, alijaram o Superior Tribunal da sua função central e mantiveram incólume fundamento suficiente para a preservação da decisão questionada.

VII - Incide, pois, a Súmula n. 283 do STF, aplicável por analogia aos recursos especiais, cujo enunciado é o seguinte: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

VIII - Oportuno salientar que a aplicação analógica da Súmula n. 283 ao recurso especial é entendimento pacífico nesta Corte. Veja-se: REsp n. 1.642.686/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/4/2017.

(...)

XIV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp

Superior Tribunal de Justiça

1.365.442/MS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. **FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS.** RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. (...)

3. **A ausência de impugnação, nas razões do especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF.**

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284/STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.813.226/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2019)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. REDUÇÃO DA MULTA. ACÓRDÃO COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. **FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 DO STF.** ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

(...)

3. **A fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para firmar seu convencimento não foi integralmente atacada pela parte recorrente e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.**

4. Ainda, considerando a motivação adotada na origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, o acórdão recorrido somente pode ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, em Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ: 'A

Superior Tribunal de Justiça

pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.812.097/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por fim, se não bastasse, a Corte Federal, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que, "comprovado que a autora ostenta a condição de pensionista de militar, na qualidade de filha solteira, sem remuneração, forçoso concluir que ela tem direito à assistência médico-hospitalar previsto no Estatuto Militar e, por corolário lógico, tem direito a ser mantida no FUSMA como dependente do genitor" (fl. 281e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não**

Superior Tribunal de Justiça

conheço do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser arbitrado pelo magistrado, na liquidação do julgado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

